

O projeto europeu em crise

As reações dos governos europeus à crise dos refugiados trouxeram à luz do dia o choque entre duas posições opostas: a dos que cerram fileiras em torno de Bruxelas e Berlim para procurar uma solução conjunta; e a dos que, cansados de esperar, começaram a atuar por sua conta. A dúvida é se as discrepâncias correspondem a uma crise política pontual, ou se revelam um desgaste mais profundo do sonho europeu.

A crise migratória não é a única que preocupa Bruxelas. Existem outras: o risco de que o Reino Unido abandone a União Europeia (UE) no referendo de 23 de junho, a dívida grega, a ascensão dos populismos, as tensas relações entre a Comissão Europeia e a Polónia... E tudo isto sem ter superado ainda as consequências da crise económica.

Mas alguns analistas concordam em que a crise dos refugiados é especial: não só porque a solução para o problema não depende inteiramente da Europa – o fluxo migratório vai continuar enquanto houver guerras, perseguições e Estados falhados –, como também porque revelou duas maneiras de enfrentar os problemas da casa comum. E só uma delas parece compatível com o projeto europeu.

Para isso [chamava a atenção](#) no “El País”, Béatrice Delvaux, editoralista chefe do jornal belga “Le Soir”, num lúcido artigo: “Hoje, na Europa, não se pode ser Angela Merkel e Viktor Orbán, ou se é um ou se é o outro, tem de se escolher. Todos os dirigentes europeus estão a fazê-lo, e a história irá recordar o caminho que escolheram nesta encruzilhada. (...) Que Europa queremos? A que pensa e atua coletivamente, ou a que pensa primeiro nos interesses particulares, mesmo com o risco de dinamitar a construção europeia?”.

Respostas unilaterais

A pergunta de Delvaux não é exagerada. Limita-se a constatar as duas direções em que oscilam as respostas dos governos europeus para o drama migratório. Por um lado, encontra-se o grupo de países dispostos a levar a sério a chanceler alemã Angela Merkel, que pede há meses uma solução europeia.

Por outro lado, a cada vez mais extensa lista de países que, desde finais de fevereiro, optaram por desafiar a Comissão Europeia com respostas unilaterais. Encabeça a lista a Hungria: o primeiro-ministro Viktor Orbán anunciou que o seu país não vai aceitar as quotas de refugiados acordadas pelos Vinte e Oito até que os cidadãos húngaros decidam em referendo – ainda sem data – se concordam com elas ou não.

Também é desafiadora a atitude da Áustria, que convocou por sua conta os países da rota dos Balcãs para falar sobre as medidas que pensavam tomar. Esta rota é a que permitiu aos imigrantes chegados à Grécia ir para a Alemanha, Áustria, Holanda e os países nórdicos.

A reunião realizou-se a 24 de fevereiro, com grande desgosto da Comissão Europeia e da Grécia, que foi excluída a propósito. Assistiram representantes de quatro países da UE (Bulgária, Roménia, Croácia e Eslovénia) e outros extracomunitários (Albânia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Macedónia, Montenegro e Sérvia, estes dois últimos candidatos de adesão à UE).

Depois do bloqueio da rota dos Balcãs, operado pela decisão da Macedónia de encerrar a sua fronteira com a Grécia, houve a decisão de Estónia, Letónia e Lituânia de erguerem muros nas suas fronteiras com a Rússia, para o caso do fluxo migratório se deslocar para essa zona. E o anúncio do desmantelamento parcial do campo de refugiados de Calais, levou a Bélgica a restaurar os controlos fronteiriços com a França.

Diferentes maneiras de ser Europa

Se estes sócios se negam a jogar à europeia, Merkel poderia igualmente procurar em primeiro lugar os seus interesses. Sobretudo, dada a crescente pressão que lhe chega de três frentes: as críticas dos aliados bávaros da União Social-Cristã (CSU) à sua política de acolhimento aos refugiados; o avanço do partido anti-imigração Alternativa para a Alemanha (AfD) nas eleições de 13 de março em três Estados; e a mudança de atitude de um setor da população depois das agressões sexuais e dos roubos a mulheres – alegadamente cometidos na sua maioria por imigrantes de Marrocos e Argélia – em 13 cidades alemãs na véspera do Ano Novo (“[Aceprensa](#)”, [11.1.2016](#) e [16.2.2016](#)).

Entretanto, o mais parecido a uma solução europeia que se conseguiu após múltiplas cimeiras, são as contestadas quotas de admissão de refugiados e o princípio de acordo da UE com a Turquia, também polémico.

A primeira repartição de quotas – para realojar 35 000 requerentes de asilo – foi fixada em maio de 2015. Já então se viu que havia várias maneiras de ser Europa: a Alemanha aceitou 10 500 vagas, embora a Comissão Europeia só lhe tenha pedido que aceitasse 8763; outros países, como França, Suécia e Holanda, concordaram com os números propostos, que nos três casos foram dos mais elevados; outro grupo de países (Espanha, Polónia, Eslováquia...) admitiram números menores do que os propostos; e Áustria e Hungria rejeitaram as quotas (“[Aceprensa](#)”, 22.7.2015), embora tenham aceite a entrada controlada de imigrantes (o limite máximo atual da Áustria é de 3200 por dia).

A segunda repartição de quotas, desta vez obrigatória para todos, aconteceu em setembro. Os membros da UE comprometeram-se a deslocalizar 120 000 requerentes de asilo no prazo de dois anos. Contra esta repartição votaram Hungria, República Checa, Eslováquia e Roménia.

Mas os números das quotas estão muito atrás dos números das pessoas chegadas. Segundo [informou](#) a 1 de março a Agência da ONU para os refugiados (ACNUR), nos dois primeiros meses de 2016, que são os mais frios do ano, chegaram a partir do Mediterrâneo à EU, 131 000 imigrantes, quase tantos como o total de entradas registadas na primeira metade de 2015. O ano fechou com um pouco mais de um milhão.

A lei do salve-se quem puder

A outra perna da modesta solução europeia foi o acordo esboçado no dia 7 de março entre a Turquia e os chefes de Estado e de governo dos Vinte e Oito, concretizado noutra cimeira em 17 de março.

A UE vai devolver à Turquia todos os “imigrantes irregulares” – tanto os económicos como os requerentes de asilo – que cheguem a partir das suas costas à Grécia. E a partir de solo turco serão deslocalizados na Europa um determinado número de refugiados sírios equivalente ao das expulsões. Em troca, Ancara receberá: 3000 milhões adicionais para atender os refugiados, a supressão dos vistos para os turcos que queiram viajar para a Europa e a aceleração do processo de adesão à União Europeia.

Mas a ideia de subcontratar à Turquia a gestão da crise, pensada para garantir a entrada legal na UE e arrebatar assim o negócio às mafias, não foi apreciada por toda a gente. Num [comunicado](#) emitido no dia seguinte, o ACNUR mostra a sua preocupação pela confiança depositada na Turquia, que “ainda tem dificuldades para satisfazer todas as necessidades básicas da crescente população síria” baseada no seu território.

Também pede que se clarifiquem bem as garantias jurídicas dos requerentes de asilo. Por seu lado, os ministros do Interior de vários países europeus expressaram as suas reservas ao plano numa cimeira realizada a 10 de março.

Tendo em conta os acontecimentos, aos quais há que acrescentar as recentes cenas de violência em Calais e na fronteira entre a Grécia e a Macedónia, entende-se a gravidade com que alguns se referem à situação atual. Um [editorial](#) do jornal “Le Monde” (26.2.2016) chega a interrogar-se se o momento presente não será recordado pelos historiadores como “o começo da decomposição da Europa”.

Não é inverosímil. Ao fim e ao cabo, a UE não é algo que se possa dar por adquirido, [adverte](#) no jornal “El País” (7.3.2016) o filósofo Bernard-Henri Lévy. Se cedéssemos à “lei do salve-se quem puder”, nada impediria que o destino da UE possa ser o mesmo “que o da Europa romana, o mesmo que o da Europa de Carlos Magno e mais tarde de Carlos V, o mesmo que o da Europa do Sacro Império Romano-Germânico, do império dos Habsburgos ou mesmo da Europa de Napoleão, todas essas Europas que já eram Europas, verdadeiras e bela Europas, e cujos contemporâneos pensaram, como nós pensamos agora, que estavam consolidadas, que eram firmes como uma rocha, que tinham sido gravadas em mármore de reinos aparentemente eternos e que, no entanto, acabaram por desmoronar”.

J. M.

Uma Europa unida: a visão

Quando se fala sobre a deterioração do sonho europeu, é difícil compreender o que se perde se não ficar claro aquilo que se conseguiu. Enrique Banús, presidente da European Community Studies Association, explicou à “Aceprensa” o contexto para se entender melhor as vantagens que trouxe a UE.

“O projeto europeu conheceu sempre crises, e crises muito sérias. Já não nos lembramos de que, em 1965, a França retirou-se de qualquer negociação devido às suas discordâncias na política agrícola, que para ela é um tema fundamental. Foi a famosa ‘crise da cadeira vazia’, que questionou a capacidade de atuação das então Comunidades Europeias. Outra crise gravíssima foi a demissão em bloco de toda a Comissão Europeia, em 1999”.

Todavia, Banús pensa que seria um erro minimizar e pensar que, como já houve dificuldades antes, não deve haver preocupações excessivas com o fenómeno migratório, o risco do *Brexit* ou a situação da Grécia. “Pelo menos entre os que se dedicam aos estudos europeus, a perceção é que as crises

atuais da União Europeia se reduzem a uma: existe uma crise de liderança e consequentemente de projeto. Falta alguém que seja capaz de liderar”.

E a UE conquistou a paz

Para entender o que está em jogo, deve-se regressar ao ideal dos pais fundadores da UE, expresso na Declaração Schuman de 9 de maio de 1950: a aspiração a manter afastada da Europa a ameaça da guerra, graças à qual cada um dos países europeus aprendeu a olhar para lá dos seus próprios interesses e a trabalhar com os vizinhos na busca de objetivos comuns.

Para Banús, a transferência de soberania foi a grande intuição dos pais fundadores. “Apesar de contrariar a ideia moderna de Estado, tiveram a audácia de pensar: se são os Estados que provocam as guerras, relativizemos o seu poder. E depois decidiram criar –lhes a necessidade de negociar entre eles. É isto a transferência de soberania. Agora, nenhum pode decidir por sua conta. Tem de chegar a acordo com os outros”.

“Assim, conseguiram converter em parceiros os que antes eram inimigos. Obviamente, os Estados continuam a ter interesses diferentes, porque a UE não é um clube de amigos. Não nos une o facto de todos gostarem das mesmas coisas. Mas decidimos que vamos falar, que cada Estado já não pode atuar por sua conta”. Justamente o contrário do que estamos a ver na [crise dos refugiados](#).

E juntamente com esta ideia –força, Banús salienta outras quatro que sustentam o projeto europeu: a criação de instituições próprias, que são as que decidem com base no que negociaram os Estados, mas que não dependem totalmente deles; o Direito comunitário, vinculativo e com um intérprete próprio, que é o Tribunal de Justiça da União Europeia; o espaço de livre circulação, que é oferecido primeiro aos trabalhadores e que a seguir é ampliado a todos os cidadãos; e, por último, a ideia de que a UE tem as competências que lhe cederam os Estados, nem mais nem menos, pois eles são “os donos e senhores da integração europeia”.

O surpreendente é que a semente deste ambicioso projeto – a ideia de pôr a trabalhar em conjunto alemães e franceses – se concretizou somente cinco anos depois da Segunda Guerra Mundial. “Não era simples, pois as populações que entraram no projeto perderam parte da sua família numa guerra em que havia europeus de ambos os lados”.

E a semente deu o seu fruto: “Gozamos um período de paz na Europa que não havíamos tido desde o século terceiro. Somos a primeira geração a ter vivido sem guerras nem pós-guerras”.

Comunicar a União Europeia

O audacioso projeto europeu foi levado a cabo “graças à capacidade de comunicação e ao prestígio – à autoridade moral – de políticos como Adenauer, Schuman, De Gasperi, Monnet, Spaak ou Churchill”, dois elementos que Banús considera em falta na crise atual.

Os europeus também tiveram culpa. “A população acostuma-se muito rapidamente às vantagens e torna-se demasiado sensível aos inconvenientes. Por exemplo, agora as pessoas estão descontentes com determinadas medidas económicas impulsionadas de Bruxelas, mas simultaneamente estão encantadas com a livre circulação, isto é, com a possibilidade de viajarem sem controlo nas fronteiras nem entraves administrativos. Não existe um desencanto com a integração europeia, mas com algumas políticas concretas da UE”.

Aqui entra a má comunicação. “Bruxelas insiste na necessidade dessas medidas económicas, mas não as apresenta no quadro de um projeto mais amplo, que como qualquer projeto tem aspetos positivos e negativos. Os líderes políticos não sabem comunicar as vantagens do conjunto. E os meios de comunicação muito menos ajudam: estão mais preocupados em encontrar pedras no sapato do que em falar do sapato”.

É verdade que as instituições europeias produzem, de vez em quando, estudos sobre as vantagens de ser Europa. Um exemplo valioso é o relatório “Identificação do Custo da não-Europa, 2014-19” ([“Aceprensa”, 10.4.2014](#)). Mas, em geral, trata-se de textos difíceis, que nem sempre conseguem despertar o entusiasmo pela visão geral.

A campanha de comunicação advogada por Banús é mais profunda. “Trata-se de ensinar nas escolas o que é a integração europeia. Mas não basta fazer a abordagem de modo marginal numa cadeira isolada; tem de se criar espaço no plano de estudos para explicar bem – sem nenhum espírito propagandístico – o que é um cidadão europeu. Trabalhemos com dados, trabalhemos com informações. E depois que cada um decida. Seja o cidadão europeísta, eurocético ou eurocrítico, mas informado. Caso contrário, não podemos verdadeiramente dialogar”.

Valorizar o que temos

Perguntando-se a Banús qual a sua opinião sobre o movimento para democratizar a Europa, criado há pouco tempo por Yanis Varoufakis, não oculta a perplexidade perante o enlevo dos meios de comunicação com essa campanha. Além de combater as políticas de austeridade, o ex-ministro das Finanças grego exige mais transparência nas instituições europeias e devolver competências aos parlamentos nacionais.

“Varoufakis foi rodeado de um prestígio mítico, apesar de ter fracassado na Grécia e em Bruxelas. É apresentado como o grande teórico da integração europeia, mas aquilo que diz já o ouvimos muitas vezes: a devolução de competências é um assunto clássico, que os conservadores britânicos pedem há décadas, e mesmo alguns estados alemães com governos democratas-cristãos. Tudo isto é espuma agitada pelo vento dos meios de comunicação”.

Com Varoufakis, além disso, não se trata da primeira tentativa de reforma. Já houve outras propostas como a chamada “Europa das duas velocidades”, ou a ideia federalista do ex-ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Joschka Fischer. Mais recentemente, durante a crise, o ministro alemão das Finanças, Wolfgang Schäuble, propôs avançar na união bancária e fiscal.

Banús não põe em causa a necessidade de fazer reformas concretas. “Pode-se estudar, por exemplo, se uma competência está situada no nível adequado para atender às solicitações dos cidadãos”. Mas insiste em que a grande reforma deve passar por resolver a falta de liderança e de comunicação.

Ficaria solucionado o desencanto com a UE, se houvesse uma espécie de “união *à la carte*”, na qual cada Estado decidisse o seu grau de compromisso com o projeto europeu? Banús pensa que não. “Isso só multiplicaria a burocracia, pois gerir um sistema assimétrico é muito mais difícil. O ceticismo não se vai resolver devolvendo uma série de competências, mas transmitindo um projeto convincente; mostrando que as vantagens são muito superiores aos inconvenientes. E, sobretudo, fazendo ver que o modelo atual é muito melhor – com todos os seus defeitos – do que o que tivemos até agora”.

J. M.